



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

UM OLHAR PARA A GESTÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

UNA MIRADA A LA GESTIÓN DE LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR BRASILEÑA

A VIEW AT THE MANAGEMENT OF THE INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION

Artur Eugênio Jacobus
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
jacobus@unisinos.br

Cleonice Silveira da Rocha
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
nice@unisinos.br

Janaina Kunzler
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
kunzler79@gmail.com

Juliana Dutra de Deos Machado
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Juliana_deos@outlook.com

Resumo: Este estudo objetiva conhecer e analisar a produção acadêmica sobre a gestão da inclusão no Ensino Superior brasileiro, identificando as ações realizadas nas instituições a fim de proporcionar a inclusão de estudantes com deficiência. A pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório-descritivo, foi realizada no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre maio e junho de 2020, contemplando artigos publicados entre 2011 e 2020. As análises foram desdobradas em duas etapas: análise bibliométrica e análise qualitativa. Identificou-se que, embora o ingresso de estudantes com deficiência no Ensino Superior venha crescendo anualmente, ainda há um longo percurso a ser trilhado para a construção de Instituições de Ensino Superior (IES) inclusivas. Constatou-se, igualmente, a presença não só de barreiras físicas, mas também de barreiras relacionadas à formação de professores para o trabalho com os estudantes com deficiências, à elaboração de materiais didáticos, à oferta de tecnologias assistivas, à criação de núcleos de atendimento especializado e ao desenvolvimento de políticas de inclusão educacional específicas para cada IES. Conclui-se, a partir dos artigos analisados, que o acesso, a permanência e a conclusão do curso por estudantes com deficiência no Ensino Superior brasileiro ainda configuram um campo que necessita receber mais atenção dos pesquisadores e que o aspecto mais urgente a ser transformado não é a arquitetura das



instituições, mas a mentalidade dos profissionais que atuam na Educação Superior, em especial de seus gestores.

Palavras-chave: Estudantes com deficiência. Inclusão. Gestão educacional.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo conocer y analizar la producción académica sobre la gestión de la inclusión en la Educación Superior brasileña, identificando las acciones realizadas en las instituciones para facilitar la inclusión de los estudiantes con discapacidad. La investigación bibliográfica, de carácter exploratorio-descriptivo, se realizó usando el Portal de Revistas de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES) entre mayo y junio de 2020, abarcando artículos publicados entre 2011 y 2020. El análisis fue desarrollado en dos etapas: análisis bibliométrico y análisis cualitativo. Se identificó que, si bien la matrícula de estudiantes con discapacidad en la Educación Superior ha crecido anualmente, aún queda un largo camino por recorrer para la construcción de Instituciones de Educación Superior (IES) inclusivas. También se observó la presencia no únicamente de barreras físicas, sino también de barreras relacionadas con la formación de docentes para trabajar con estudiantes con discapacidad, el desarrollo de materiales didácticos, la provisión de tecnologías de asistencia, la creación de centros de núcleos de atención especializada y el desarrollo de programas específicos. políticas de inclusión educativa para cada IES. Se concluye, a partir de los artículos analizados, que el acceso, la permanencia y la culminación del curso por parte de estudiantes con discapacidad en la Educación Superior brasileña aún configuran un campo que necesita recibir más atención por parte de los investigadores y que el aspecto más urgente a ser transformado no es la arquitectura de las instituciones, sino la mentalidad de los profesionales que trabajan en la Educación Superior, especialmente de sus gestores.

Palabras clave: Estudiantes con discapacidad. Inclusión. Gestión educativa.

Abstract: This study aims to understand and analyze the academic production on the management of inclusion in Brazilian higher education, identifying the actions taken in institutions in order to provide the inclusion of students with disabilities. The bibliographic research, of an exploratory-descriptive nature, was carried out on the Portal of Scientific Journals of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) between May and June 2020, including articles published between 2011 and 2020. The analyzes were divided into two processes: bibliometric analysis and qualitative analysis. It was identified that the admission of students with disabilities in higher education has been growing annually, but there is still a long way to go in building an Inclusive Higher Education Institution. There are not only physical barriers, but also barriers with regard to the training of teachers to work with students with disabilities, the development of teaching materials, the provision of assisted technologies, the creation of specialized care centers and the development of inclusive educational policies specific to each HEI. The study leads to the conclusion that the access, permanence and completion of the course by students with disabilities in Brazilian higher education is still a field that needs to receive greater attention from researchers, and that it is necessary to think that the most urgent aspect to be transformed is not the architecture of institutions, but the mentality of professionals working in higher education, especially their managers.

Keywords: Students with Disabilities. Inclusion. Education Management.

Introdução

A educação inclusiva tem sido tema de grandes debates nas Instituições de Ensino Superior (IES), constituindo assunto de reflexão e ansiedade para alunos, professores, gestores e familiares. Comparada a uma tessitura, em que os fios se entrelaçam e fortalecem o processo formativo dos estudantes, pode-se afirmar que a inclusão, no seu sentido mais amplo, precisa ser tecida por muitas mãos e por um conjunto de ações especializadas, incluindo políticas públicas afirmativas (FERNANDES, 2016).



A exclusão de alguns e a inclusão de outros, infelizmente, tem sido uma marca da instituição escolar moderna, mas somente nos últimos anos isso deixou de ser naturalizado e passou a ser problematizado (THOMA, 2006). Essa discussão chegou ao Ensino Superior com maior intensidade a partir da década de 2010. Antes disso, porém, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) tinha iniciado um novo capítulo na história da educação brasileira, contemplando a educação inclusiva. Em 1994, a Declaração de Salamanca estabeleceu princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1994). No Brasil, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) passou a definir, em seus artigos 58 a 60, a educação especial como modalidade de educação escolar. O artigo 59 define as formas de acesso, prevê a necessidade de currículos específicos e orienta a adoção de um modo de trabalho que proporcione a integração desses estudantes à vida em sociedade (BRASIL, 1996).

Em 2015, o Brasil avançou na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, promulgando o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por meio da Lei nº 13.146/2015, que, em seu artigo 27, define e reforça que

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

É possível observar que a legislação brasileira avançou ao longo dos anos. Apesar disso, muito deve ser feito ainda em favor da inclusão na Educação Superior.

Pela análise estatística das matrículas nos cursos de graduação presenciais e a distância de alunos com necessidades especiais – expressão referida na sinopse estatística divulgada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) –, percebe-se uma evolução de 27,93% entre 2015 e 2019 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2020). Esse incremento no número de matrículas indica que as IES precisam se preparar para garantir uma formação para todos. O conceito de inclusão não significa apenas inserir a pessoa com limitações ou dificuldades dentro do sistema de Ensino Superior, mas implica também preparar esse ambiente para recebê-la, seja ela estudante, funcionário ou professor (COSTA; CARVALHO, 2011).

Diante desse cenário, o objetivo deste estudo é conhecer e analisar a produção acadêmica acerca da gestão da inclusão no Ensino Superior, identificando as ações realizadas nas instituições a fim de proporcionar a inclusão de estudantes com deficiência. Para aten-



der ao objetivo do estudo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com o levantamento e a análise de artigos publicados nos últimos dez anos sobre o tema em periódicos brasileiros. Na sequência, é apresentada a metodologia da investigação, seguida dos resultados da análise e das considerações finais.

Metodologia

Esta investigação tem caráter exploratório-descritivo, adotando a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico. Essa escolha atende ao propósito da pesquisa de promover uma sistematização do conhecimento recentemente publicado nos periódicos acadêmicos nacionais a respeito da gestão da inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior brasileiro. Assim como Lima e Miotto (2007), entende-se que é importante diferenciar a pesquisa bibliográfica da revisão de literatura. Enquanto esta última é uma etapa que integra qualquer tipo de pesquisa, a pesquisa bibliográfica “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38).

A pesquisa bibliográfica foi realizada no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre os meses de maio e junho de 2020. Para isso, foram utilizadas várias combinações de descritores, conforme retratado no Quadro 1.

Quadro 1 – Combinações de descritores empregados na pesquisa

Alun* ¹ Estudante* Pessoa*	AND	<ul style="list-style-type: none">• “com deficiência”• deficiente*• “com necessidades especiais”• “com necessidades específicas”• “com necessidades educacionais específicas”• “com necessidades educativas especiais”• “educação inclusiva”• “educação especial inclusiva”	AND	<ul style="list-style-type: none">• Gestão OR Política AND “Ensino Superior” OR “Educação Superior”• “Ensino Superior” OR “Educação Superior”• graduação OR universidade OR universitári*
---	-----	--	-----	---

Fonte: elaborado pelos autores.

1 Para identificar um maior número de artigos, optamos por não usar “alunos”, no masculino, considerando que algum artigo pudesse citar “alunas”, no feminino.



Foram selecionados apenas artigos revisados por pares e publicados em periódicos brasileiros nos últimos dez anos (2011 a 2020). Eliminando-se as redundâncias entre as diferentes buscas realizadas com as combinações apresentadas no Quadro 1, chegou-se a um total de 325 artigos. Estes foram submetidos a uma análise preliminar, com vistas a identificar, a partir da leitura de seus resumos, que efetivamente tratavam da temática deste estudo: a gestão da inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior brasileiro. O resultado dessa análise de pertinência temática levou à seleção de 25 artigos, os quais constituíram o *corpus* deste estudo.

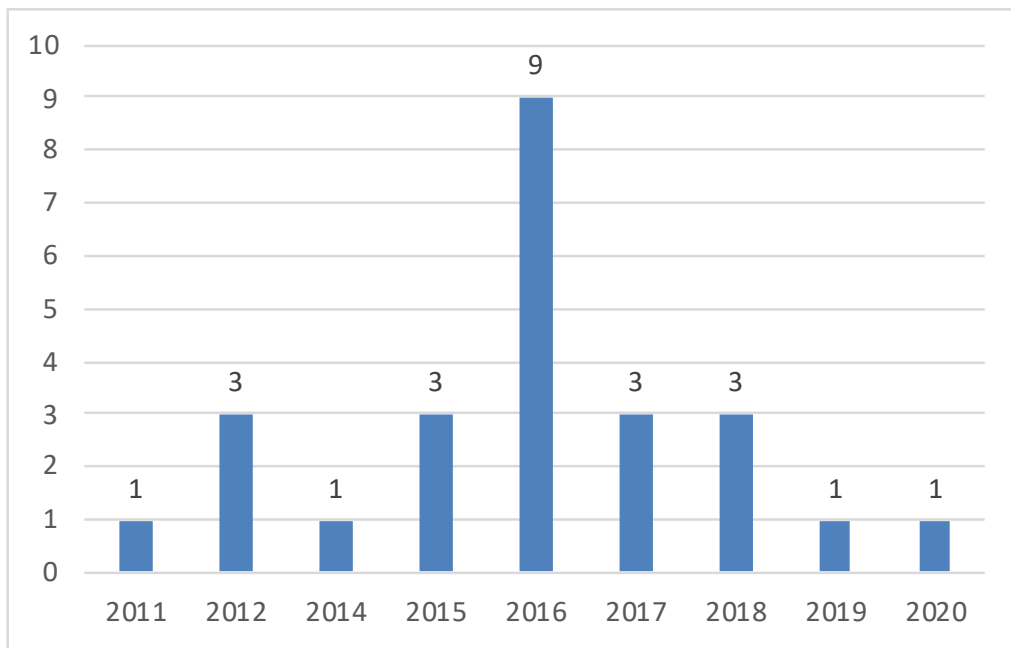
A etapa seguinte de análise desdobrou-se em dois processos: análise bibliométrica e análise reflexiva e interpretativa. Na análise bibliométrica, os artigos foram classificados quanto ao ano de publicação e à perspectiva metodológica adotada. Já na análise qualitativa, os artigos foram examinados com base em dez categorias adicionais, definidas a partir da técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 2009). Algumas dessas categorias foram elaboradas num exercício de pré-análise, ao passo que outras emergiram do cruzamento das interpretações feitas pelos quatro pesquisadores autores deste estudo, na etapa de exploração do material. Ao final, as 10 categorias definidas foram estas: natureza da organização estudada (pública ou privada); modalidade de oferta (presencial ou a distância); perspectiva adotada (a partir do aluno ou do professor); tipo de deficiência abordada; aspectos pedagógicos contemplados; aspectos administrativos analisados; formação docente e sua relação com a inclusão de alunos com deficiência; dificuldades e obstáculos apontados para a inclusão; boas práticas na gestão da inclusão e recomendações do estudo. A partir dessas categorias, os 25 artigos foram lidos na íntegra e então analisados considerando suas convergências e divergências e seus achados.

Análise dos resultados

A primeira etapa da análise bibliométrica revelou um total de 25 artigos produzidos entre 2011 e 2020 que abordam o tema da gestão da inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior brasileiro. O Gráfico 1, a seguir, exibe a distribuição desses artigos ao longo do período avaliado.



Gráfico 1 — Distribuição dos artigos por ano de publicação



Fonte: elaborado pelos autores.

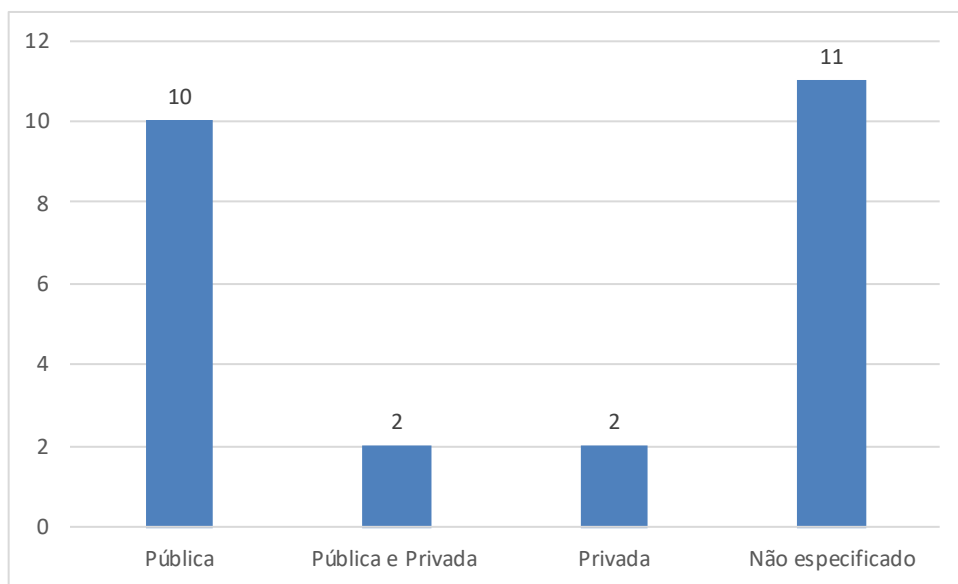
De acordo com o Gráfico 1, 36% dos artigos foram publicados no ano de 2016, e 12%, nos anos 2015, 2017 e 2018. Cabe, porém, observar que o levantamento aconteceu no primeiro semestre de 2020; portanto, a produção daquele ano pode ter sido maior do que a indicada no gráfico. A crescente publicação sobre essa temática, a partir do ano de 2016, pode estar relacionada com a promulgação, em 2015, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que assegura e promove condições de igualdade às pessoas com deficiências.

Na sequência, os artigos foram analisados quanto à metodologia utilizada. O método mais evidenciado foi a pesquisa exploratória de natureza qualitativa, com delineamento de estudo de caso, e apenas um artigo fez o emprego de pesquisa-ação. Para a estratégia de coleta de dados, identificou-se o uso predominante de entrevistas com roteiros semiestruturados. Quanto ao público entrevistado, predominam estudantes e, em seguida, professores e gestores. Na etapa de análise de dados, destacou-se a utilização da análise de conteúdo e da análise de discurso baseada nos referenciais foucaultianos. Com menor frequência, foram identificados artigos que recorreram à análise documental como apoio aos estudos de caso.

Na análise qualitativa das produções acadêmicas sobre a gestão da inclusão de alunos com deficiência, a primeira categoria destacada diz respeito à natureza da organização estudada em cada artigo, como exposto no Gráfico 2.



Gráfico 2 – Distribuição dos artigos pela natureza das organizações

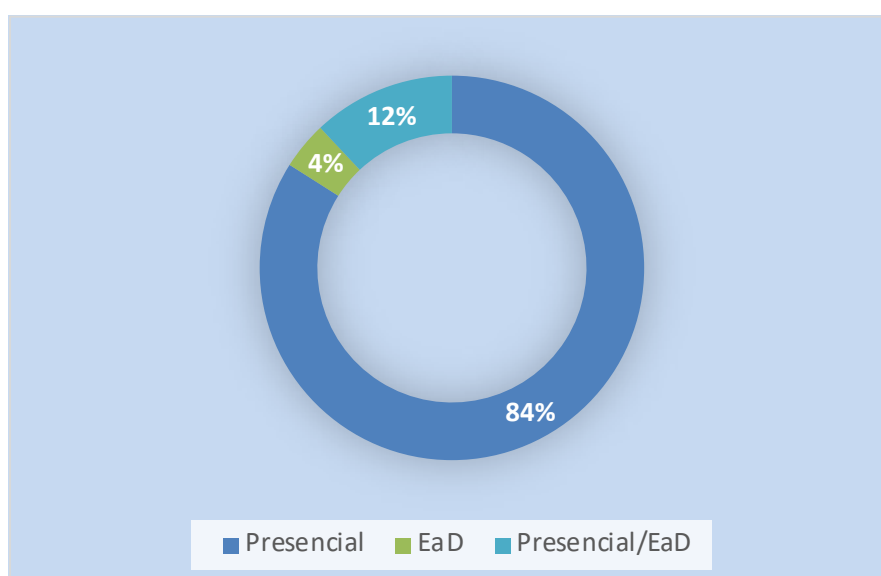


Fonte: elaborado pelos autores.

Evidenciou-se que, entre os artigos analisados, 44% não especificam a IES de referência para o campo empírico da investigação. Além disso, notou-se que as IES públicas serviram de campo de estudo para 40% dos artigos e que as IES privadas, embora sejam maioria no Brasil, constituíram foco de estudo em apenas 8% dos periódicos. Cabe destacar, ainda, que 8% dos artigos retratam estudos cuja pesquisa aconteceu conjuntamente em instituições públicas e privadas.

A segunda categoria de análise, que se refere à modalidade de ensino, evidenciou maior incidência de estudos realizados em cursos da modalidade presencial. A representação gráfica a seguir demonstra essa evidência.

Gráfico 3 – Distribuição dos artigos por modalidade de ensino



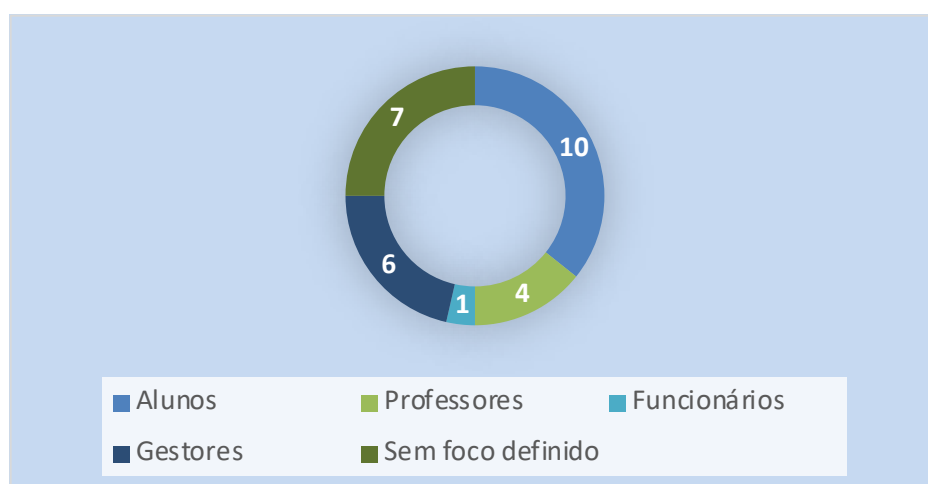
Fonte: elaborado pelos autores.



Observa-se, no Gráfico 3, que 84% dos artigos contemplam exclusivamente estudos realizados com estudantes da modalidade presencial de ensino e que 12% mencionam tanto cursos presenciais quanto cursos a distância. Ainda que, no ano de 2019, tenha sido registrado o ingresso de 43,8% dos estudantes no Ensino Superior brasileiro a distância (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2020), apenas um artigo tratou das particularidades da inclusão de alunos com deficiência em cursos com essa modalidade de ensino (BURCI; COSTA, 2018).

Embora todos os artigos tenham como tema central a gestão da inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior, o assunto é abordado a partir de diferentes perspectivas. Desse modo, a perspectiva adotada nos artigos analisados passa a ser a terceira categoria destacada. Foram identificados estudos a partir do olhar de alunos, professores, funcionários e gestores. O Gráfico 4, exposto a seguir, apresenta a quantificação dos estudos por perspectiva.

Gráfico 4 – Distribuição dos artigos por perspectiva adotada



Fonte: elaborado pelos autores.

Entre os 25 artigos que compõem o *corpus* da pesquisa, 40% tratam da gestão da inclusão de pessoas com deficiência a partir da perspectiva dos alunos. São relatos de pesquisas que concederam prioridade às experiências de alunos e ex-alunos com deficiência durante sua trajetória universitária, seja para destacar seu crescimento pessoal (DANTAS, 2015), seja para avaliar as condições de acessibilidade encontradas (DA SILVA; MARTINS, 2016).

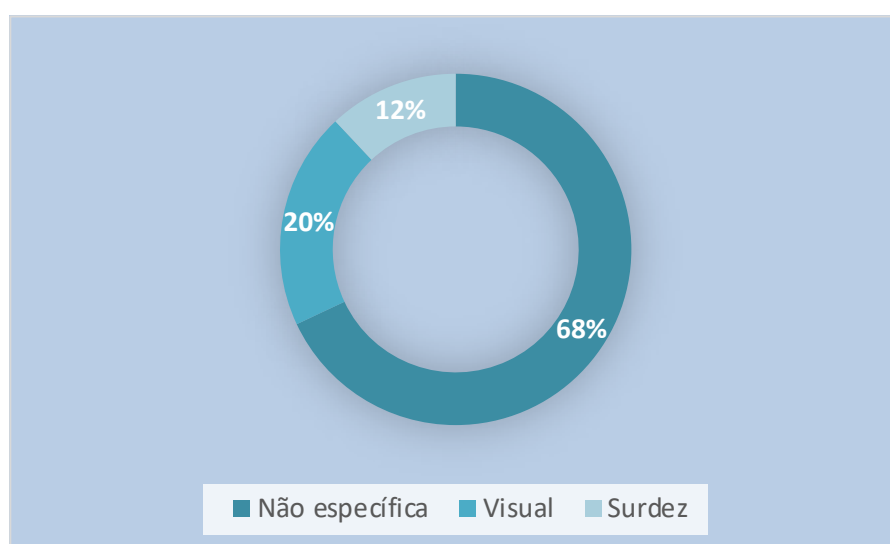
Já o fenômeno da inclusão sob a perspectiva dos gestores é abordado por 24% dos artigos. A maior parte dos estudos que têm os gestores das instituições como sujeitos da pesquisa, desde coordenadores até diretores de bibliotecas, busca verificar se o ingresso de alunos com deficiência tem produzido mudanças organizacionais nas instituições (NUNES; MAGALHÃES, 2016; COSTA, PIECZKOWSKI, 2019).



A perspectiva dos funcionários, por sua vez, aparece em apenas um estudo (STROPARO; MOREIRA, 2016). O fenômeno da inclusão sob o ponto de vista dos docentes é contemplado em quatro artigos (BURCI; COSTA, 2018, NUNES; MAGALHÃES, 2017; OLIVEIRA; SOUZA, 2020 e SILVA; CYMROT, 2012), que revelam as dificuldades de muitos professores no acolhimento a alunos com deficiência, especialmente em função de carências em seu processo de formação. Ressalta-se, ainda, que 28% dos artigos exploram o tema a partir de olhares mais amplos, como a legislação, ou de pesquisas bibliográficas.

Os artigos também foram analisados quanto ao tipo de deficiência dos estudantes matriculados nas IES que serviram de objeto de pesquisa, o que constituiu a quarta categoria do estudo. A quantidade de artigos distribuídos por deficiência está representada no gráfico a seguir.

Gráfico 5 – Distribuição dos artigos por tipo de deficiência



Fonte: elaborado pelos autores.

Como revela o Gráfico 5, a maioria dos artigos, 68%, não segregou os tipos de deficiência, realizando a pesquisa de forma global com estudantes público-alvo da Educação Especial, tal qual prevê a lei da pessoa com deficiência. Outros artigos delimitam o estudo, trazendo como sujeitos da pesquisa apenas alunos com uma deficiência específica, a exemplo da deficiência visual, que é o caso, por exemplo, dos estudos desenvolvidos por Santos e Mendonça (2015) e Selau, Damiani e Costas (2017). Já a inclusão de alunos com deficiência auditiva é tema de três dos 25 artigos, seja na perspectiva dos próprios estudantes ou, como é o caso do estudo de Scandolara (2018), no que concerne à análise da produção de material didático para alunos com esse tipo de deficiência em um curso superior de Tecnologia em Produção Multimídia.



Os aspectos pedagógicos na gestão da inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior, por sua vez, constituíram a quinta categoria analisada. Os artigos indicam que os alunos com deficiência visual e aqueles com deficiência auditiva demandam diversas adaptações das metodologias utilizadas em sala de aula. De acordo com Alexandrino *et al.* (2016) e Santos e Mendonça (2015), a falta de materiais em Braille e o quanto o sucesso no curso depende exclusivamente das habilidades pessoais do próprio aluno, bem como a elaboração do material didático nessa mesma língua, remetem à necessidade de transpor barreiras que emergem da necessidade comunicativa em um contexto propriamente educacional.

Ainda no que concerne aos aspectos pedagógicos, os itens mais evidenciados nos artigos compreendem a adaptação do currículo, a produção e adequação de recursos pedagógicos, a falta de equipamentos e/ou materiais próprios para os estudantes com deficiência, em especial os alunos com deficiência visual, e a carência na biblioteca de livros em Braille ou gravados (ESTÁCIO; ALMEIDA, 2016). Além disso, os professores indicam que as práticas pedagógicas avaliativas se constituem, predominantemente, de provas e exames. De acordo com Silva e Cymrot (2012), os alunos com deficiência são obrigados a se responsabilizar por sua aprendizagem, priorizando o trabalho extraclasse para a recuperação de notas. Com base nisso, fica evidente a maior preocupação com a avaliação e com a expressão dos resultados do que com o processo de aprendizagem propriamente dito.

Já a análise dos artigos sob a ótica da categoria dos aspectos administrativos mostra que formar estudantes com deficiência tem se revelado um processo multifacetado (FERNANDES, 2016), o qual requer uma construção coletiva das IES inclusivas, de modo que toda a estrutura universitária esteja envolvida e que a dimensão administrativa sirva como base para o processo de ensino-aprendizagem. Nessa categoria, buscou-se identificar as questões relacionadas ao suporte ao estudante, incluindo ingresso, matrícula e atendimento nos setores de apoio e serviços para os estudantes, ou seja, aspectos não relacionados à relação aluno-professor e ao processo de ensino-aprendizagem.

A partir da análise dos 25 artigos, percebe-se uma ausência de conteúdo relacionado à dimensão administrativa de forma geral, sobretudo no que se refere ao ingresso do estudante. Não são identificadas questões específicas de adaptações no processo de seleção de estudantes ou de realização de matrículas nem na publicação de editais de abertura de vagas. Ademais, embora algumas iniciativas para a permanência do estudante na universidade sejam encontradas, a análise do conteúdo não identificou ênfase no esforço das IES em propiciar acesso para alunos com deficiência. Destaca-se, ainda, que apenas um



artigo relata a existência de centros de apoio aos estudantes da Educação Especial (NUNES; MAGALHÃES, 2016) e que um artigo apresenta a importância do suporte de serviços (FERNANDES, 2016), como, por exemplo, o acesso à biblioteca, que é relatado por mais de um estudo (STROPARO, MOREIRA, 2016; DINIZ *et al.*, 2017).

Outra categoria que emergiu da análise dos dados é a formação docente e sua relação com a inclusão de alunos com deficiência. Dos 25 artigos que compõem a pesquisa, 64% apontam a formação continuada dos professores como uma das mais significativas ferramentas que contribuem para a inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior.

Nos estudos que relatam entrevistas, observa-se que, quando os entrevistados são os estudantes, os registros apontam para questões como dificuldades com a didática dos professores, visto que estes não estão preparados para a inclusão (SANTANA, 2016) e não conhecem as necessidades do seu público. Quando os entrevistados são os professores, há menção ao desejo de uma formação continuada para se manterem atualizados frente às necessidades de inclusão dos estudantes. Já para os gestores, a formação continuada é um tema de atenção, uma vez que “identificam as limitações docentes para lidar com as diferenças numa sociedade que opera na lógica da normatização e da normalização” (COSTA; PIECZKOWSKI, 2019, p. 997).

Alguns autores apontam a formação continuada de professores como sendo, em geral, insuficiente para atingir os alunos de inclusão, sobretudo quando se trata de alunos com deficiência auditiva ou visual. Burci e Costa (2018) apontam que a falta de atendimento especializado ao estudante com deficiência visual pode estar relacionada à formação inadequada dos profissionais de Educação. Nesse cenário, registra-se como imprescindível o professor universitário estar habilitado a trabalhar com a inclusão de alunos com deficiência (ESTÁCIO; ALMEIDA, 2016).

Os artigos também foram analisados quanto às dificuldades e aos obstáculos apontados nos estudos para a efetivação de uma inclusão mais plena – oitava categoria selecionada para este estudo. Uma das dificuldades que predominam nos artigos, de acordo com Burci e Costa (2018), Silva e Cymrot (2012) e Santos e Mendonça (2015), relaciona-se com a formação docente: o despreparo dos professores sobre como lidar com os alunos com deficiência, associado à incapacidade das próprias instituições de ensino. De acordo com Burci e Costa (2018), as dificuldades no processo educacional estão relacionadas à falta de um atendimento direcionado às especificidades dos estudantes com deficiência, o que acontece pela ausência de uma mediação direcionada e pode estar relacionado com



a formação inadequada dos profissionais envolvidos no processo educacional. Com o desenvolvimento das políticas de inclusão e a existência de movimentos sociais em favor da inclusão de alunos com deficiência em todos os níveis de ensino, essa preocupação deveria, contudo, ser extensiva, também, à formação do professor do Ensino Superior.

Também foram relatadas pelos alunos a falta de estratégias pedagógicas adequadas, a comunicação deficiente entre professores e funcionários das instituições de ensino para a resolução dos problemas e a falta de compreensão e medidas da gestão para qualificar o atendimento educacional aos estudantes. Ao encontro disso, Nunes e Magalhães (2016), em sua pesquisa com sete universidades brasileiras, cuja finalidade foi conhecer as ações estratégicas de gestão por elas desenvolvidas para atender aos alunos com deficiência, apontam a inexistência de uma política de inclusão que seja claramente definida e orientada para a inclusão dos estudantes com deficiência, envolvendo todos os setores que atendam a esses discentes.

Já para os professores entrevistados, as dificuldades encontradas estão relacionadas com problemas de estrutura das IES, diretamente ligadas à falta de investimentos, à falta de funcionários ou à dificuldade de contratação de pessoas qualificadas para determinadas funções, como, por exemplo, profissionais capazes de operar com a máquina Braille. Também é mencionada a ausência de pessoal apto para exercer funções de apoio específico aos estudantes de graduação ou para compreender o papel do serviço de Atendimento Educacional.

Tendo em vista o expressivo número de artigos que analisam estudantes com deficiência visual e auditiva, ficam evidenciadas as barreiras para esses estudantes. Para os com deficiência auditiva, a ausência de intérprete de Libras em grande parte das aulas indica a dificuldade em atender a questões básicas dos alunos. Para aqueles com deficiência visual, as barreiras estão relacionadas à inexistência de materiais didáticos adaptados às suas necessidades e às condições arquitetônicas dos prédios, que, muitas vezes, não garantem a acessibilidade, nem mesmo aquela determinada em lei. Os artigos reforçam, ainda, o fato de os professores não estarem preparados para ensinar alunos com deficiência visual, sendo, conforme Alexandrino *et al.* (2016), muitas as dificuldades que um aluno com esse tipo de deficiência pode encontrar na sua trajetória acadêmica.

As dificuldades apresentadas pelos coordenadores, de acordo com Costa e Pieczkowski (2019), referem-se ao desconhecimento da temática da inclusão pela comunidade universitária, admitindo a existência de preconceitos e discriminações, à acessibilidade física e à ausência de assessoramento ao aluno com deficiência e aos professores.



Os artigos revelam que existe, de modo geral, a percepção da necessidade de superar as barreiras pedagógicas, administrativas e arquitetônicas que frequentemente se tornam obstáculos para que os alunos com deficiência consigam ter êxito em sua jornada no Ensino Superior.

Contudo, a produção bibliográfica sobre a inclusão não se dedica apenas ao diagnóstico de problemas. Há, também, o relato de medidas que têm contribuído para o acesso e a permanência de alunos com deficiência no Ensino Superior, o que foi considerado como a nona categoria avaliada neste estudo: boas práticas na gestão da inclusão. Algumas dessas medidas apresentadas são de ordem legislativa, e outras são relacionadas à atuação direta das IES.

No âmbito da legislação, relata-se que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 1º, assegura e promove condições de igualdade, visando à inclusão social e à cidadania para as pessoas com deficiência. Essa legislação também garante, em seu artigo 30, adequações nos processos seletivos para ingresso nas IES (BRASIL, 2015), o que leva tais instituições a assumirem um papel significativo na perspectiva da educação inclusiva, cabendo-lhes oportunizar igualdade de condições e um ambiente propício para a convivência com a diversidade. Ao encontro disso, com a Lei nº 12.711, de 2016, que delibera sobre a reserva de vagas para as pessoas com deficiência nos cursos superiores das instituições federais de ensino, as IES são requisitadas a firmar um compromisso, por meio de políticas, programas e ações, de promover o ingresso e a permanência de estudantes com deficiência.

No processo de ensino-aprendizagem, identifica-se que a utilização de tecnologias educacionais tem se mostrado uma importante ferramenta que auxilia no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência. São múltiplos os dispositivos tecnológicos que garantem a permanência na universidade e a conclusão de cursos universitários. Como esclarecem Estácio e Almeida (2016, p. 839),

[...] o processo de ensino-aprendizagem tem sido facilitado com o uso das tecnologias educacionais (software que transformam texto em áudio – e vice-versa, textos que são impressos em braille para compreensão dos alunos, recursos visuais adequados às respectivas deficiências visuais).

A criação de departamentos, núcleos ou coordenadorias que centralizam as discussões, os programas e as ações relativas à inclusão e à permanência de pessoas com deficiência tornou-se um recurso essencial para as universidades, pois permite a tais instituições acolher as demandas e empenhar-se para viabilizar uma solução. Como exemplos dessas iniciativas, pode-se citar o caso de duas universidades federais, detalhados a seguir:



A UFPR organiza a infraestrutura física e pessoal e inaugura o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) em 2006, [...] com o objetivo principal de oferecer alternativas à inclusão e à permanência de pessoas com necessidades especiais (alunos, professores e servidores) na UFPR (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2013). (STROPARO; MOREIRA, 2016, p. 214).

Como serviços destinados diretamente aos estudantes com deficiência, a UFSC conta com a Coordenadoria de Acessibilidade Educacional, que assessora os cursos de graduação e pós-graduação atendendo ao princípio da garantia dos direitos das pessoas com deficiência, mediante a equiparação de oportunidades, propiciando autonomia pessoal e acesso ao conhecimento. (OLIVEIRA; SOUZA, 2020, p. 117).

Outras estratégias foram incorporadas pelas IES, como a contratação de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a reserva de bolsas de estágio para as pessoas com deficiência (OLIVEIRA; SOUZA, 2020). Essas novas práticas e adequações favorecem o acesso das pessoas com deficiência a uma educação inclusiva. Porém, para que as iniciativas bem-sucedidas sejam duradouras e novas soluções sejam idealizadas, há a necessidade de um processo contínuo de aproximação, compreensão e conscientização que envolva todos os sujeitos.

Por fim, como última categoria de análise, apresentam-se as recomendações presentes nos estudos. Com vistas à superação das barreiras encontradas e a uma maior efetividade da inclusão dos alunos com deficiência no Ensino Superior, identificam-se, nos artigos analisados, diversas sugestões a serem desenvolvidas nas IES. São elas: capacitar de forma continuada o corpo docente e técnico-administrativo para a adoção de práticas inclusivas; adotar práticas pedagógicas que favoreçam tanto a permanência do estudante com deficiência quanto um melhor desenvolvimento da sua aprendizagem; criar setores responsáveis para avaliar a acessibilidade, a fim de eliminar as barreiras arquitetônicas e comunicacionais; proporcionar ambientes virtuais de aprendizagem e capacitar professores e estudantes para o uso das tecnologias; oportunizar espaços de discussão sobre a temática da inclusão, em que a elaboração e a implementação de políticas sejam compartilhadas com todos os profissionais da IES; elaborar políticas institucionais de educação inclusiva específicas para cada IES; promover a participação dos professores no processo de implantação da política de educação inclusiva; e instituir um serviço de apoio à comunidade acadêmica que possa congrega as ações existentes e acompanhar o aluno matriculado.

Para além das recomendações de ações para a construção de IES inclusivas, os artigos apresentam duas indicações em comum para a continuidade das pesquisas sobre o tema. Tais recomendações consistem em verificar os níveis de evasão dos estudantes com deficiência no Ensino Superior e investigar criticamente as causas da presença inexpressiva de estudantes com deficiência no Ensino Superior quando comparada à presença no Ensino Fundamental.



Considerações finais

A partir dos artigos encontrados, considera-se pouco expressivo o número de estudos relacionados ao delineamento da temática da gestão da inclusão no Ensino Superior. A abordagem do tema mostra-se incipiente mesmo com os avanços da legislação da inclusão, que asseguram o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no ambiente acadêmico.

O Brasil apresenta-se como um país bem-instrumentalizado em legislação de inclusão, contando, por exemplo, com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008) e a Lei de Cotas (BRASIL, 2016) para ingresso de estudantes nas instituições públicas, mas a inclusão, com qualidade, precisa ser mais efetiva no cotidiano do Ensino Superior. As orientações e os preceitos legais que direcionam as IES a uma proposta inclusiva, citados nos artigos analisados, como realização de adaptações arquitetônicas, aquisição de materiais didáticos, uso de tecnologias assistivas e criação de núcleos para o acesso e permanência dos estudantes com deficiência nas IES, são importantes, mas insuficientes para garantir o acesso e especialmente a permanência do estudante público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior. Percebe-se que a maioria das IES ainda não está adequadamente preparada para atender às demandas dos estudantes com deficiência. Cabe ressaltar que não se faz um Ensino Superior inclusivo apenas por força de lei, sendo necessário que a inclusão faça parte da cultura das instituições e que todos os profissionais das IES se engajem na promoção de um ambiente educacional inclusivo e igualitário.

Ainda que o número de matrículas de estudantes com deficiência no Ensino Superior apresente crescimento, de acordo com os dados do censo do Ensino Superior realizado pelo INEP, os estudantes público-alvo da Educação Especial encontram inúmeras dificuldades ao ingressarem no nessa etapa de ensino (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2020). Tais barreiras se apresentam como um grande desafio para a gestão da inclusão, apesar de a legislação prever que as IES devam ofertar, a todos os alunos, condições necessárias para o desenvolvimento da aprendizagem, propiciando uma educação inclusiva de qualidade.

Assim, os artigos analisados identificam lacunas no trabalho das IES que precisam ser superadas, com destaque às limitações dos professores para conduzir os estudantes em sala de aula, seja nos aspectos pedagógicos ou nas relações com os demais colegas. Ademais, embora poucos estudos abordem as práticas dos professores no processo de



ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência, uma demanda evidenciada pelos discentes diz respeito às práticas docentes não adequadas para as especificidades da pessoa com deficiência. Sabe-se que a inclusão exige constante formação dos professores, mas nem todos estão preparados para atender às demandas dos estudantes, e as IES, de modo geral, não proporcionam formação continuada adequada ao processo inclusivo.

Esta pesquisa revelou, ainda, a necessidade de mais estudos sobre a gestão da inclusão em instituições privadas e em cursos a distância, já que grande parcela dos estudantes de Ensino Superior tem ingressado nesse segmento de ensino, que é o segmento com os maiores índices de evasão. Além disso, a maioria dos estudos dedica-se ao diagnóstico dos problemas, sendo necessárias mais pesquisas que relatem experiências de práticas de inclusão, destacando seus procedimentos e resultados.

Por fim, registra-se que os artigos analisados expressam que o acesso, a permanência e a conclusão do curso por estudantes com deficiência no Ensino Superior brasileiro ainda constituem um campo profícuo para pesquisa. Ao encontro disso, ressalta-se que o aspecto mais urgente a ser transformado não é a arquitetura das instituições, mas a mentalidade dos profissionais que atuam na Educação Superior, em especial de seus gestores.

Referências

ALEXANDRINO, Eduardo Gauze et al. Desafios dos alunos com deficiência visual no Ensino Superior: um relato de experiência. **Cinergis**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, p. 1-7, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/8076>. Acesso em: 9 nov. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>

BRASIL. **Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF: 29 dez. 2016. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13409&ano=2016&ato=dc0kXUE90dZpWT26c>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 nov. 2021.



BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

BURCI, Taissa Vieira Lorenzo; COSTA, Maria Luisa Furlan. Inclusão de pessoas com deficiência visual na educação a distância. **Acta Scientiarum Education**, v. 40, n. 2, p. 1-10, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/32212/751375137539>. Acesso em: 10 out. 2021.

COSTA, Gomes Teresa. Maria; CARVALHO, Cajica Luísa. A educação para o empreendedorismo como facilitador da inclusão social: um caso no ensino superior. **Revista Lusófona de Educação**, v. 19, n. 19, p. 103-118, 2011.

COSTA, Joana Maria Moraes; PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Percepção dos gestores sobre a inclusão de estudantes com deficiência na educação superior. **Revista do Centro de Ciências da Educação**, Florianópolis, v. 37, n. 4, p. 982-1000, out./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e61918/pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

DA SILVA, Kele Cristina; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto Oliveira. Acessibilidade à educação superior brasileira: o que dizem os estudantes com deficiência. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, p. 116-119, 2016. Disponível em: <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12274>. Acesso em: 10 out. 2021.

DANTAS, Taissa Caldas. Experiência de pessoas com deficiência no ensino superior: um olhar sobre a vivência de empoderamento e autoadvocacia. **Crítica Educativa**, v. 1, n. 2, p. 82-97, 2015. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/55/189>. Acesso em: 14 set. 2021.

DINIZ, Isabel Cristina Santos et al. Os desafios e as barreiras das bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas no processo de inclusão e acessibilidade. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, p. 53-74, 2017. Número especial. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/69115>. Acesso em: 17 out. 2021.

ESTÁCIO, Marcos André Ferreira; ALMEIDA, Diana Andreza Rebouças. Pessoas com deficiência no ensino superior. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, n. 1, p. 836-840, 2016. Disponível em: <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12223>. Acesso em: 9 nov. 2021.



FERNANDES, Zenilda Botti. Universidade inclusiva: (trans) formação e cidadania. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v.1, n.16, p. 1067-1070. 2016. Disponível em: <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12251>. Acesso em: 10 out. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019**. Brasília, DF: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 10 out. de 2021.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 2007. Número especial.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Declaração de Salamanca**. Princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: Unesco, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

NUNES, Vera Lúcia Moreira; MAGALHÃES, Cláudio Márcio. Gestão social na educação para pessoas com deficiência. **Holos**, Rio Grande do Norte, v. 8, p. 355-365, maio 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3370/pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

OLIVEIRA, Diogo Félix de; SOUZA, Irineu. Manoel de. O estudante com deficiência na UFSC: fatores que influenciam o acesso e a permanência. **Conhecimento Online**, n. 3, p. 104-123, 2020. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/2099/2651>. Acesso em: 14 set. 2021.

SANTANA, Ana Paula. A inclusão do surdo no ensino superior no brasil. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, n. 1, p. 85-88, 2016. Disponível em: <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12128>. Acesso em: 10 out. 2021.

SANTOS, Roseli Albino; MENDONÇA, Suelene Regina Donola. Universitários cegos: a visão dos alunos e a (falta de visão) dos professores. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 888-907, out./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/23185/18797>. Acesso em: 9 nov. 2021.

SCANDOLARA, Daniel Henrique. Gestão curricular do curso superior de tecnologia em produção multimídia – educação, tecnologia e inclusão de pessoas surdas. **Revista Portuguesa de Investigação Educacional**, Lisboa, v. 18, p. 237-253, 2018. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/investigacaoeducacional/article/view/3461>. Acesso em: 14 set. 2021.

SELAU, Bento; DAMIANI, Magna Floriana; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Estudantes cegos na educação superior: o que fazer com os possíveis obstáculos? **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 39, n. 4, p. 431-440 out./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/28915/20593>. Acesso em: 14 set. 2021.



SILVA, Ani Martins; CYMROT, Raquel; D'ANTINO, Maria Eloisa Famá. Demandas de docentes do ensino superior para a formação de alunos com deficiência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 667-697, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/sC6nPJRJvjG9KCJdDYzWZPd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 nov. 2021.

STROPARO, Eliane Maria; MOREIRA, Laura Ceretta. O papel da biblioteca universitária na inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 41, n. 1, p. 209-222, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/17430/pdf>. Acesso em: 9 nov. 2021.

THOMA, Adriana Silva. A inclusão no ensino superior: “- ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) isso exige certamente uma política especial...” In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, XXIX, Caxambu, 2006. **Anais** [...]. Caxambu: ANPEd. 2006. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT15-2552--Int.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

Recebido em: 20/07/2022

Aceito em: 14/12/2022